

Jaqueline Carvalho Quadrado (Org.)

(DES)FAZENDO SABERES NA FRONTEIRA:

CIÊNCIA, DEMOCRACIA E RESISTÊNCIA



Atena
Editora
Ano 2022

Jaqueline Carvalho Quadrado (Org.)

(DES)FAZENDO SABERES NA FRONTEIRA:

CIÊNCIA, DEMOCRACIA E RESISTÊNCIA



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kápio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

(Des)fazendo saberes na fronteira: ciência, democracia e resistência

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Jaqueline Carvalho Quadrado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
D453	(Des)fazendo saberes na fronteira: ciência, democracia e resistência / Organizadora Jaqueline Carvalho Quadrado. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2022. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0840-6 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.406221412 1. Ciências. 2. Democracia. 3. Resistência. I. Quadrado, Jaqueline Carvalho (Organizadora). II. Título. CDD 500
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

À Sombra desta Mangueira
Escolhi a sombra desta arvore para repousar
do muito que farei,
enquanto esperarei por ti.
Quem sempre espera na pura espera
Vive um tempo de espera vã
Por isto, enquanto te espero
Trabalharei os campos e,
Conversarei com os homens
Suarei meu corpo, que o sol queimará;
Minhas mãos ficarão calejadas;
Meus pés aprenderão os mistérios dos caminhos;
Meus ouvidos ouvirão mais,
Meus olhos verão o que antes não viam,
Enquanto esperarei por ti.
Não te esperarei na pura espera
Porque o meu tempo de esperar é um
Tempo de que fazer
Desconfiarei daqueles que virão dizer-me:
Em voz baixa e precavidos:
É perigoso agir
É perigoso falar
É perigoso andar
É perigoso, esperar na forma em que esperas
Porque esses recusam a alegria da tua chegada.
Desconfiarei também daqueles que virão dizer-me
Com palavras fáceis, que já chegastes
Porque esses, ao anunciar-te ingenuamente
Antes te denunciam.
Estarei preparando a tua chegada
Como jardineiro prepara o jardim
Para a rosa que se abrirá na primavera.

A história de um evento acadêmico é sempre longa. Em seu enredo mesclam-se interesses intelectuais, condições materiais e políticas. O IV Seminário (Des)Fazendo Saberes na Fronteira tem origem em 2016, com a preocupação de um grupo de estudantes e professoras do Projeto de Extensão Mulheres Sem Fronteiras, em torno de um fenômeno que provocava então – e segue provocando – grande debate público: os direitos das mulheres e dos LGBTQIAP+. De lá para cá, o Seminário foi ampliando seus temas, o que tem nos permitido dialogar com diversas áreas do conhecimento. Desde a edição de 2018, temos conseguido auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), mediante edital público, o que tem permitido publicar uma coletânea de textos, após o encerramento do Seminário.

Os artigos aqui apresentados, por professores/as, mestrandos/as, graduandos/as e profissionais, os/as quais subsidiaram as discussões que vêm sendo debatidas no Seminário, historicamente comprometido com a divulgação científica, nos marcos dos seus oito anos de existência. O evento foi realizado na Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, RS, Brasil, nos dias 27, 28 e 29 de julho de 2022, na modalidade *on line*.

Os textos a seguir têm um propósito sociológico, antropológico, filosófico e político: pensar com as/os leitoras/es sobre questões de ciência, democracia e resistência presentes no cotidiano. As configurações das políticas públicas das últimas décadas têm apresentado novos desafios à reflexão nas ciências sociais e ciências humanas. Especialmente a perda relativa de importância das contradições de classe, que marcaram o último século de conquistas social-democratas, mostra-se como um desafio à reflexão crítica nas sociedade brasileira. Eis algumas questões: como podemos compreender a ciência, a democracia e as resistências nas lutas contemporâneas? Como os sujeitos tem se movimentado? Quais novos territórios de sociabilidade têm surgido e como as pessoas estão interagindo? Teríamos mais perguntas, mas o espaço é limitado. E as respostas? Sim, há possibilidades de mudanças, de rupturas com o atual sistema vigente, mas ainda não temos fórmulas mágicas. Precisamos fortalecer as lutas e resistências, e muito mais.

Agradeço em especial, a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul- FAPERGS pelo auxílio financeiro, o qual foi possível realizar o evento e publicar esta obra.

Agradeço a contribuição de cada autor/a, os/as quais contribuíram para a composição da presente coletânea.

Desejo uma excelente leitura a todas/os!

Jaqueline Carvalho Quadrado
Coordenadora do IV Seminário (Des)Fazendo Saberes na Fronteira

CAPÍTULO 1	1
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: AVANÇO DO CONSERVADORISMO E IMPACTOS NA DEMOCRACIA	
Camila Telles da Silva	
Vitória Caroline Lopes Cruz	
Bianca Gabriela Stroff	
Jaqueline Carvalho Quadrado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214121	
CAPÍTULO 2	9
PROTOCOLOS ÉTICOS EM SITUAÇÃO DE PANDEMIA E ESCASSEZ: DA SOCIOLOGIA DE ULRICH BECK À FILOSOFIA DE NAOMI ZACK	
Daniel da Rosa Eslabão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214122	
CAPÍTULO 3	19
OS ATAQUES MISÓGINOS CONTRA AS MULHERES CANDIDATAS A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA NAS ELEIÇÕES DE 2022	
Jaqueline Carvalho Quadrado	
Mylenna Machado Barcelos	
Bárbara Dutra Fonseca	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214123	
CAPÍTULO 4	35
REDES SOCIAIS DIGITAIS: ANOTAÇÕES ACERCA DO RACISMO	
Otaviano da Motta Aquino Junior	
Jaqueline Carvalho Quadrado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214124	
CAPÍTULO 5	45
A PREFERÊNCIA PATRIMONIAL E A LUTA INCANSÁVEL PELO LEMBRAR. POR QUE O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO BORJA É MOTIVO DE TANTA MOROSIDADE?	
Domingos Sávio Campos de Azevedo	
José Luciano Gattiboni Vasques	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214125	
CAPÍTULO 6	56
MAX WEBER E A LEGITIMIDADE DO PODER: APROXIMAÇÕES ENTRE FILOSOFIA E SOCIOLOGIA	
Daniel da Rosa Eslabão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214126	

CAPÍTULO 7	66
AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA REVISÃO DE LITERATURA	
Graciane Pedó Nunes	
Carmen Regina Dorneles Nogueira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214127	
CAPÍTULO 8	74
NETNOGRAFIA DAS REDES: COMO AS REDES SOCIAIS MOLDAM O COMPORTAMENTO SOCIAL E POLÍTICO	
Júlia Corrêa	
Camili Rodrigues Lyrio	
João Vitor Marques Fagundes	
Jaqueline Carvalho Quadrado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214128	
CAPÍTULO 9	91
MARTIN LUTHER KING E A ÉTICA DA NÃO-VIOLÊNCIA	
Daniel da Rosa Eslabão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214129	
CAPÍTULO 10.....	102
O BRASIL QUE AINDA ESCRAVIZA	
Maicon de Matos Mendes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.40622141210	
SOBRE A ORGANIZADORA	125

CAPÍTULO 5

A PREFERÊNCIA PATRIMONIAL E A LUTA INCANSÁVEL PELO LEMBRAR. POR QUE O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO BORJA É MOTIVO DE TANTA MOROSIDADE?

Data de aceite: 22/11/2022

Domingos Sávio Campos de Azevedo

Doutor em Ciência Política – PPGPOL/UFRGS. Professor permanente de Pós-Graduação em Ciência Política – Mestrado do campus São Borja da Unipampa – Fundação Universidade Federal do Pampa. E-mail: domingosazevedo@unipampa.edu.br.

José Luciano Gattiboni Vasques

Licenciado e Especialista em História – URCAMP/RS. Licenciado em Ciências Humanas e Especialista em Imagem, História e Memória das Missões: Educação para o Patrimônio, UNIPAMPA/RS. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas campus São Borja/RS. Professor do Ensino Básico no Instituto Estadual Padre Francisco Garcia – São Borja – RS.

RESUMO: O artigo a seguir, consiste numa revisão teórica bibliográfica com vistas a acompanhar o estado da arte sobre ao patrimônio histórico e arqueológico de São Borja. Até o momento a maioria dos estudos já realizados sobre a localidade não fazem qualquer sobre o regramento que se encontra em vigência e o fato dela constar no cadastro do Conselho Nacional de Arqueologia. Diante da necessária abordagem, esboçamos um panorama geral deste fato a fim de situá-lo como parte de uma memória em disputa que a sociedade política modifica intensamente com intenção a desmerecer o propósito em questão. Nestas condições, procuramos esboçar os motivos que estão a impedir a elaboração de uma política pública que faça aproveitar a potencialidade ainda não explorada e que, por conseguinte, permitirá aproximar a localidade a um desenvolvimento de caráter regional, turístico e cultural. Ao fim sugiro ações.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública; Desenvolvimento econômico e preservação do patrimônio; Redução jesuítico-guaraní de São Francisco de Borja.

NOTAS INICIAIS – O SÍTIO E A MEMÓRIA IMÓVEL DO POVO DE SÃO BORJA: 15 ANOS DE UM (RE) CONHECIMENTO QUE AINDA INCOMODA

No ano de 2007, em decorrência da abertura de uma trincheira que aconteciam no meio fio em frente à igreja Matriz, por conta de uma rede de telefonia que deveria ser estendida o centro, a fim de assistir e garantir uma melhor distribuição de internet para o centro e parte comercial da cidade foram encontrados vestígios de um patrimônio missioneiros da redução jesuítico-guaraní de São Francisco de Borja.

Abaixo da linha do asfalto e seu contra-piso de pedra-ferro, o solo local apresenta-se predominantemente areno-argiloso avermelhado e foram encontrados entre 50cm e 90cm de profundidade vestígios de alicerces compostos por lajes areníticas e blocos de pedras itacurú que cortam transversalmente a dita trincheira. O alicerce Oeste tem 2m de largura e o alicerce Leste possui 1,6m de largura, sendo distanciados um do outro em 9,8m. Estes vestígios são característicos das fundações das edificações do período reducional jesuítico-guaraní dos sécs. XVII e XVIII¹.

Já não há novidade alguma, para aqueles que discutem o assunto, em dizer que São Borja conforme os últimos levantamentos do Iphan se caracteriza como um dos dois municípios (juntamente de São Luiz Gonzaga) dos Sete Povos Missioneiros da banda oriental do rio Uruguai, em que seus vestígios permanecem “completamente sob o solo do centro histórico moderno” (IPHAN: 2016, p. 23). E a investigação que está sendo realizada não só reforça essa máxima como renova o interesse que envolve a relação entre preservação do patrimônio e desenvolvimento econômico.

Considerando que o sítio arqueológico da redução jesuítico-guarani de São Francisco de Borja é um conjunto dos bens móveis e imóveis existentes na cidade gaúcha de São Borja, sem ter a seu tamanho total ainda definido e cuja conservação é de interesse público, visto que se trata de uma parte única e com uma vinculação a fatos singulares e memoráveis da história da América, podemos afirmar de início que se trata de um patrimônio histórico e artístico internacional.

Porém os bens tombados poderão ser destruídos, demolidas ou mutiladas, se este sítio não for dimensionado, implementado e conservado. Os monumentos formadores do sítio, que estão na superfície e os que vierem a ser descobertos abaixo da superfície, não podem ser considerados como um vetor de contradição, e assim passíveis de demolição. São vetores de desenvolvimento.

A pergunta que fica é a seguinte: “na arena de debates de São Borja podemos reconhecer as faces da violência de caráter predatório ou de caráter discursivo, que tem por objetivo destruir ou colocar em esquecimento os patrimônios que demonstram

1. Trecho retirado de um documento que traz por título: Laudo de vistoria arqueológica. São Borja, 21 de Julho de 2007, de autoria de Raquel Machado Rech.

uma “história não oficial”? O patrimônio que analisamos aqui, vai sendo gradativamente desvalorizado, fragmentado e precarizado.

E tudo isto, apesar de estar formalmente inscrito e em andamento nos anais do Iphan através do nome de Redução Jesuítica de São Francisco de Borja, com outras designações e siglas: SFB CNSA: RS 03814; Município: São Borja UF: RS e descrito sumariamente como: Sítio de ocupação jesuítico-guarani, e com fontes históricas apontando três possíveis datas de fundação (1682, 1687 ou 1690) pela Companhia de Jesus, que pertenceram aos Trinta Povos Guarani, e mais especificamente aos Sete Povos Missioneiros do Brasil.

Para Dias (2012), os atores políticos podem ser públicos, que ocupam cargos no Estado em qualquer um dos três níveis ou sociais, que não ocupam cargos no Estado. Em São Borja, a falta de interesse público relativo a um modelo preservacionista, pode ser imputada a vários aspectos, mas em especial à falta de conhecimento do que deve ser preservado por aqueles que deveriam garantir a preservação, no caso, a cidadania são-borjense e o poder público municipal. Percebemos que ocorrem discussões paralelas e desencontradas entre os atores políticos municipais públicos e sociais, acerca de como aliar-se a preservação do patrimônio e desenvolvimento econômico em decorrência da ausência de modelos estruturados para a prática do tripé: preservação, turismo e economia. Entendemos por atores políticos, segundo Secchi (2011, p. 77), “todos aqueles indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política”.

Pela falta de conhecimento do espólio missioneiro por parte significativa da população são-borjense, pode-se justificar a não inclusão deste patrimônio na agenda pública pela sua pouca monumentalidade, mas concomitante a este fato, existe uma escassez de conhecimento, por parte do poder público, de abordagens relativas a questão da implantação de uma política pública que esteja comprometida a consolidar a execução do processo já reconhecido e em andamento pelo IPHAN relativos ao sítio arqueológico da redução jesuítico-guarani de São Francisco de Borja. No entanto, pode-se observar que já ocorrem neste sentido, ações e práticas paralelas aos órgãos oficiais, como, por exemplo, uma audiência pública, organizada pelos atores políticos da sociedade civil, na busca do aproveitamento deste patrimônio como vetor do desenvolvimento econômico do município.

É neste sentido que se faz necessário o tombamento de fato do sítio, pois é através do conhecimento da extensão total deste sítio arqueológico, que vão surgir as atividades voltadas a preservá-lo e também a possibilidade de um contato mais efetivo deste com os população local, e assim (re)conhecer o passado reducional missioneiro através do turismo histórico cultural como já ocorre com os outras cidades que possuem vestígios missioneiros e que se tornaram economicamente mais atrativas, em função deles².

2. SCHMITZ: 1967. GUTIERREZ: 1987. KERN: 1998. CUSTÓDIO: 2002. MARCHI; DE MAMANN; FERREIRA: 2018.

Ademais, existe um pensamento em voga, principalmente entre alguns atores públicos e sociais de São Borja, bem definido e ciente de que conservar e preservar é promover o progresso econômico³, todavia, esse entendimento ainda não foi aproveitado pela gestão pública municipal. Evidentemente que o desenvolvimento econômico das cidades, deve buscar novas formas de gerir, isto é, de aliar o antigo com o novo, que as novas construções devam surgir e propiciar uma mudança na paisagem urbana, sem deixar de lado a investigação arqueológica sobre o patrimônio histórico da cidade, pois ele, além de representar a materialização da história e da sua identidade cultural coletiva, representa uma possibilidade de desenvolvimento cultural, social e econômico.

Vale dizer, que as historicidades advindas dos locais descobertos por políticas públicas de preservação e promoção do patrimônio histórico, representam não só a promoção de projetos de educação patrimonial, como a (re)elaboração das identidades locais dos municípios, que em tempo, são únicas e insubstituíveis. Por outro lado, a ausência de uma política pública para o patrimônio impacta substancialmente na já referida destruição e perda da memória coletiva⁴ e de suas representações materiais, uma vez que permeiam a identidade cultural da própria comunidade.

Falta ainda dizer que o patrimônio arqueológico da antiga redução jesuítico-guarani de São Francisco de Borja representa um tempo histórico no qual São Borja pertencia a América Espanhola, e que foi ofertado apenas uma única vez e está na origem desta cidade. Ou seja, não pode mais ser repetido, cabendo, portanto, às autoridades competentes perceberem da necessidade de aproximar a localidade para as experiências de sucesso e que se fazem conferir em municípios da nossa federação⁵. A isso é importante que voltemos nosso olhar para os analistas que defendem a importância perene dos patrimônios como um “projeto continuado” da sociedade das coisas⁶.

Mas o caso de tombamento do sítio de San Francisco de Borja, propiciará as gerações futuras herdar um patrimônio histórico-cultural melhor preservado, no qual estará retratando suas raízes e seu possível sentimento de pertencimento. Logo, as polêmicas em torno do reconhecimento do patrimônio missionário de São Borja e seu impacto no desenvolvimento da cidade, não devem impedir que seja garantida uma futura fonte de desenvolvimento econômico, e em consequência o aprimoramento de toda a cadeia produtiva relacionada ao turismo cultural e histórico que apenas um sítio arqueológico pode promover para a cidade de São Borja e região.

Apesar desta dificuldade de compreensão, o fato é que o sítio desperta um interesse sobre o seu reconhecimento desde os anos 1960 e hoje, sua causa simboliza uma grande

3. CALI: 2005. SCIFONI: 2019.

4. SOARES: 3003. POSSAMAI: 2004. PINTO: 2015. TOLENTINO: 2019.

5. ANTONINI; NITO; NEVES: 2019. RISCADO: 2019.

6. SANTIAGO & SALADINO: 2016. MARINS: 2016.

expectativa nos atores políticos da educação superior e da cultura em São Borja que se dá pelo desconhecimento sobre a sua real dimensão e seu possível potencial econômico como produto turístico. De qualquer modo, já não é de hoje, os atores sociais se lançam no sentido de fazer valer o direito de os cidadãos são-borjenses conhecerem este patrimônio na sua totalidade.

Por tais condições, não é demais afirmar que nosso interesse de momento está concentrado em demonstrar quão necessário é realizar uma política pública que promova uma investigação sobre a real dimensão dos bens missioneiros desta localidade e sua preservação, contrapondo-se frontalmente a qualquer forma de violência contra este patrimônio. Na certeza disso, essa breve análise renova nosso interesse de ver num curto espaço de tempo, esforços que venham a formular a política pública que transmita segurança e demais benefícios que somente um sítio histórico pode promover.

O ESTADO DA ARTE AO REVÉS DE UM NOVO PROBLEMA: A POLÍTICA PÚBLICA PARA O PATRIMÔNIO HISTÓRICO

O conhecimento que se produz sobre políticas públicas no Brasil, embora recente já é expressamente qualificado⁷. Muitas são as maneiras como são formuladas as políticas públicas no nosso país e boa parte das mesmas se fazem conferir quando no exercício do poder. Entretanto, mesmo com tamanha amplitude de conhecimento, ainda são poucas as alternativas no que compete todo o arcabouço e seu aproveitamento quando deslocados para os patrimônios históricos e ou arqueológicos. E foi justamente a falta de modelos comparativos que se apresentou como a nossa maior dificuldade. Essa dificuldade por sua vez, teve de ser conferida por intermédio de uma extensa pesquisa nas plataformas de busca e de ordem acadêmica.

A par e passo, se acompanharmos a plataforma de catálogos de teses da Capes Brasil, e nela realizarmos a busca por “Companhia de Jesus”, chegaremos no extraordinário número de 1211489. Desse montante, seriam 829837 dissertações de mestrado, e 287903 teses de doutorado. As áreas de abrangência são as mais variáveis possíveis, atingindo público de arquitetura, antropologia, história, geografia, arquitetura, botânica entre outras áreas do conhecimento humano e que versam inclusive a arte de cura da Companhia de Jesus. A mesma consulta, uma vez feita por “missões jesuíticas”, tratar-se-iam de 2608 resultados. Dos quais 1811 dissertações de mestrado e 510 teses de doutorado. Nesse caso, em específico, o conteúdo é quase que majoritariamente voltado para o setor da educação. No que pese as avaliações de fundo historiográfico, as mesmas, sem qualquer exceção que seja, são direcionadas a justificar espaçadamente a “normalização patrimonial”

7. ARRETCHÉ: 1999. SOUZA: 2006. SECCHI: 2010. DA SILVA, 2010. FREY: 2020.

já ratificada por Oosterberg (2016).

E é justamente esse o nosso propósito, fazer um apanhado dos fatos com vistas a torná-las apropriadas ao senso comum, político e acadêmico, pois na miúde da questão, estamos todos diante de uma “alfabetização cultural” (HORTA & MONTEIRO, 1999). É bem verdade, que esse efeito não acontece por obra do acaso, o homem passou a compreender a importância que compete a ilustração de fatos memoráveis apenas na década de 1970, no ato de Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura – Unesco. A concepção de patrimônio cultural imaterial ganha atenção somente na XXV Conferência da Unesco em 1989. Aqui fica evidente a importância da educação patrimonial:

A educação patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural⁸.

A prática do convívio comum permite dentre outras coisas, efetivar um cotidiano que se auto gere e regenera-se pelo convívio entre os pares que se fazem conhecer por suas semelhanças – ou aquilo que os torna iguais, como o convívio diário com um determinado patrimônio histórico e cultural, construindo assim uma identidade coletiva e um sentido de pertencimento a este coletivo. Nesse pressuposto cabe mencionar que esse modelo só pode ser alcançado por ações repetitivas. Aliás, é um consenso entre os investigadores que avaliam São Borja, afirmar que por meio da educação patrimonial podem ser inventadas as noções de memória e identidade de um território e seus *modus operandis* através dos seus resquícios arqueológicos.

E dicas e aprendizados para isso não faltam⁹. Talvez, por isso Carmen Nogueira e Daniela Burkhard, tenham sido muito felizes ao concluir que os patrimônios cumprem um “importante testemunho das temporalidades que compõem as múltiplas experiências vividas, individual ou coletivamente” (NOGUEIRA & BURKHARD: 2008, p. 324). De todo modo, até meados da década de 1990, foi muito comum para alguns pesquisadores aventar que bastava conhecer uma redução que as demais já seriam dadas (SCARAMELLA: 1990).

OPERAÇÃO NORMALIZANTE OU (DES)ACONSELHAMENTO À EXISTÊNCIA DO SÍTIO?

Como é nítido observar, a cidade de São Borja necessita urgentemente de projetos

8. IPHAN: 2014.

9. DA SILVA: 2012. MEUNIER & POIRIER-VANNIER: 2017.

que contribuam para a preservação, tombamento e por conseguinte a valorização de todos os bens patrimoniais da antiga redução jesuítica-guarani, tanto os que já foram identificados como os que ainda não foram. Os bens se colocam como provedores de um “patrimônio Imóvel”, ou tal qual adverte Oosterbeek, tratar-se-iam de confiar “algo” [possivelmente uma identidade] que “nos envolve” (OOSTERBEEK: 2007, p. 103).

Este artigo, como uma prática de multiplicação da informação, resulta de um entendimento que leva em conta uma identidade que pode ser vivida e simbolizada na parte urbana de São Borja, onde se nota uma diversidade de elementos culturais que remetem ao período reducional missioneiro. Mas para além de uma simples revisão teórica a proposta que ora defendemos procura manter a coerência de admitir o patrimônio reducional e compreendê-lo em seu momento de contato com o progresso de São Borja, e evitar as desordens advindas desde 1834, quando a classe política de época decidiu colocar em leilão os “prédios naccionaes” do reino jesuítico¹⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio a esse rápido apanhado de situações nas quais o acaso insiste a mostrar que São Borja tem um patrimônio rico em baixo da terra, entre idas e vindas, não resta dúvida alguma em dizer que o reconhecimento deste sítio arqueológico acontece de forma muito lenta. E ficamos a nos perguntar: o que impede os gestores públicos para incentivar a ação de inspeção arqueológica para o nosso município? Mesmo com alternância de poder entre partidos de centro-esquerda e centro-direita, e também a alternância de gestores, desde 2007 até hoje, a inação para com a pesquisa sobre o patrimônio missioneiro de São Borja ainda persiste. O que reforça na mentalidade do são-borjense a ideia de que São Borja sempre foi portuguesa e impede a percepção, por parte deste, tanto do seu passado missioneiro e espanhol como do potencial econômico que este passado possui. Por outro lado, o empresariado da cidade, que desconhece este potencial, também não se mobiliza para efetivar este sítio arqueológico, com potencial já comprovado em outras cidades do Brasil e do mundo, capaz de gerar e aliar o crescimento econômico com o histórico-cultural.

Pois a cidade de São Borja necessita urgentemente de projetos que contribuam para a preservação, tombamento e por conseguinte a valorização dos espólios do patrimônio missioneiro aqui existentes. Portanto, o que está em questão não é somente uma situação que aguarda materializar-se por anos, mas é também uma das poucas alternativas viáveis que a localidade ainda possui para ser explorado de forma consciente.

10. Essa situação será retomada num momento apropriado, uma vez que se trata de uma informação recente que conseguimos conhecer por intermédio de uma documentação de época que necessita passar por uma transcrição de conteúdo até termos uma impressão mais confiável do contexto que envolveu os patrimônios.

Por fim, nosso objetivo de momento visa sistematizar princípios fundantes visando a emissão de uma nova sensibilidade e que ao seu final, possa confiar num desafio de conservação, leia-se na elaboração de uma política pública¹¹ que faça a garantir de fato e de direito a implementação do sítio histórico. Só se preserva o que se conhece e nós somos animais eminentemente visuais, o que nos obriga a reconhecer que a primeira ação a ser desenvolvida neste sentido é tornar o sítio visível na sua totalidade.

Os bens patrimoniais remanescentes a Redução Jesuítica de São Francisco de Borja, que são capazes de serem captados pela visão humana (fonte de São Pedro, fonte de São João, pedras missioneiras assentadas na igreja matriz, retábulo missioneiro presente na igreja do passo, estatuária missioneira presente no museu Aparício Silva Rillo, o prédio da loja gang e as fundações da igreja da redução, que não são visível mas já foram identificadas pelo IPHAN), formam um conjunto fragmentado e insuficiente para catalisar o imaginário do cidadão são-borjense no sentido de que ele compreenda visualmente que estes representam o seu passado missioneiro enquanto morador do “primeiro dos sete povos das missões”.

Uma política pública de preservação de um determinado patrimônio só faz sentido se os usuários deste patrimônio souberem responder de forma positiva as perguntas “o que preservar?” e “por que preservar?”, e até onde temos conhecimento este não é o caso de São Borja. Dentre dos sete povos missioneiros, localizados na banda oriental do Rio Uruguai, apenas o São Borja e São Luís Gonzaga, ainda não exploraram o seu subsolo com escavações arqueológicas.

Os atores sociais, como por exemplo os centros de pesquisa existentes em São Borja e a sociedade civil organizada, podem contribuir com o poder público determinando a partir de uma investigação científica o tamanho da parcela do sítio que se encontra abaixo da linha do solo. Podemos afirmar de início que se trata de um patrimônio histórico e artístico internacional, trazendo assim a possibilidade de contar com o apoio financeiro de instituições internacionais dedicadas a preservação do patrimônio cultural da humanidade.

Existem tecnologias apropriadas que podem fazer uma varredura do sítio sem a necessidade de destruir as edificações e mesmo assim localizar vestígios que existam no local inspecionado, possibilitando a criação de mapas em 3D de antigas ruínas ou objetos que por acaso existam nos locais investigados. Ademais, os arqueólogos atualmente se utilizam de imagens de satélite para identificar estruturas presentes no subsolo, no que se convencionou chamar de “arqueologia espacial”. A partir de então podem escavar com maior certeza e causar menos danos nas descobertas, ao aplicar as mais recentes tecnologias desenvolvidas com essa finalidade, além de causar o menor impacto possível

11. Nosso entendimento de políticas públicas para o patrimônio, tem por referência as produções que seguem: CALL: 2005.UNESCO: 2006. SIMIS: 2007. DA SILVA: 2010. MARINS: 2016.

no progresso imobiliário da cidade.

Enfatizei que entre as novas tecnologias, existe uma denominada de ciberarqueologia, que agrega à ciência da computação, pesquisas de engenharia e conhecimentos em ciências naturais, união que gerou e produziu uma nova forma dos pesquisadores e cientistas localizarem vestígios que contam a história do passado da humanidade. Por fim, uma tecnologia mais acessível para este fim, são os equipamentos geofísicos utilizados em investigações geofísicas de superfície em estudos de arqueológicas.

REFERÊNCIAS

ANTONINI; NITO; NEVES. **Construindo uma rede de educação patrimonial: a experiência da rede paulista de educação patrimonial (REDEP)**. In: Revista CPC, vol. 14, 27 esp., 2019.

ARRETCHE, Marta T.S. **Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol. 14, nº 40, 1999.

BISONHIM, Kelen. **Em busca da estrutura sócio-espacial da redução de San Francisco de Borja: a sobrevivência do patrimônio arqueológico**. PPGH: Porto Alegre. PUCRS, 2011.

CALI, Plácido. **Políticas municipais de gestão do patrimônio arqueológico**. São Paulo: USP, 2005, Tese de Doutorado.

COLVERO, Ronaldo & MAURER, Rodrigo. **São Borja e seu patrimônio “quase” esquecido: o caso das missões jesuíticas na terra dos presidentes**. In: IV Congresso Internacional de História, Maringá, 2009.

COLVERO, Ronaldo & MAURER, Rodrigo. **Olhares sobre o patrimônio móvel missioneiro: considerações de um franco-brasileiro e sua importância para os inventários contemporâneos**. In: Patrimônio e Memória, v. 16, n. 1, 2020.

COLVERO & SEVERO. **A construção e a disputa pela hegemonia patrimonial em São Borja (RS): de primeiro dos Sete Povos Missionários à terra dos Presidentes**. In: Revista Confluências Culturais, vol. 5 (10), 2016.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. **A redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao estudo da tipologia urbana missioneira**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DA SILVA, F. **Gestão do patrimônio histórico e cultural no contexto do “plano de ação para as cidades históricas” Cáceres – MT**. In: História e cultura, vol. 1 (2), 2012.

DA SILVA, Christian L. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

DIAS, Reinaldo. **Políticas públicas: princípios, processos e procedimentos**. São Paulo: Atlas, 2012.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. In: Planejamentos e políticas públicas. Brasília, n. 21, pp. 211-259, jun. 2020.

- GOELZER, M. **Remanescentes das missões jesuítico-guarani no Rio Grande do Sul: da pera e cal à paisagem cultural.** In: Em questão (especial). Vol. 26, 2020.
- GUTIERREZ, Ramón. **As missões jesuíticas dos Guaranis.** Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, UNESCO, 1987.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Museu Imperial, 1999.
- KERN, Arno. **Arqueologia histórica missioneira.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- LAUDO IPHAN. Memorando 117/2016. Data de 29.02.2016.
- MARCHI; DE MAMANN; FERREIRA. **Patrimônios mundiais em contextos distintos: construindo paralelo entre Brasil e Portugal através dos casos de São Miguel das Missões e do Centro Histórico de Évora.** In: Paulista, vol. 26, 2018.
- MARINS, Paulo. **Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980.** In: Estudos Históricos, vol. 29, n. 57, pp. 9-28, 2016.
- MEUNIER & POIRIER-VANNIER. **La exposicion em los museos de sitio como herramienta de sensibilizacion al patrimonio arqueológico.** In: Estudios pedagógicos, vol. 43 (4), 2017.
- NOGUEIRA, Carmen R.; D. BURKHARD, Daniela. **Políticas públicas de Turismo para o desenvolvimento Local/ Regional.** In: Revista Eletrônica de Turismo Cultural, Universidade de São Paulo. São Paulo, v.2, n.2, em:
- <http://www.eca.usp.br/turismocultural/Retc04_arquivos/Carmen_Missoes.pdf> 2008.
- OOSTERBEEK, Luiz. **Arqueologia, patrimônio e gestão do território: polémicas.** Erechim: Habilis, 2007.
- PINTO, Muriel & MAURER, Rodrigo. **Quando a geo-história avança sobre os significados de um espaço urbano: as paisagens culturais e as transformações identitárias da fronteira Brasil-Argentina.** In: Eure, vol. 40, nº 120, Mayo 2014.
- PINTO, Muriel. **A identidade socioterritorial missioneira da cidade histórica de São Borja-RS: as hegemonias de poder sobre uma identidade tradicional enraizada entre antigas reduções Jesuítico-Guarani.** Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2015a (Tese de Doutorado). Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131160/000980214.pdf?sequence=1>>
- PINTO, Muriel. **A região de fronteira São Borja-Brasil/Santo Tomé-Argentina: as representações sociais tradicionais pós construção da ponte da integração (1994-1997).** In: Redes. Vol. 20 (3), 2015b.
- PINTO, Helena. **Educação patrimonial e educação histórica: contributos para um diálogo interidentitário na construção de significado sobre o passado.** In Diálogos, vol. 19 (1), 2015.

- POSSAMAI, Zita. **O patrimônio e o conhecimento histórico**. In: Ciências e Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação Ciências e Letras. Porto Alegre, nº 27, jan./jun. de 2000, pp. 13-24.
- RECH, Raquel Machado. **Laudo de vistoria arqueológica em trincheira de tubulação de rede telefônica em frente à atual igreja matriz de São Francisco de Borja**. São Borja, 21 de julho de 2007.
- RISCADO, Ermínia. **Desenvolvimento turístico e gestão participativa em sítios históricos urbanos: uma contribuição teórico-conceitual sobre o cenário brasileiro**. In Intersecções: revista de estudos interdisciplinares, vol. 21 (3), 2019.
- RODRIGUES, Fernando. **Resquícos jesuítcos missioneiros na terra dos presidentes e a potencialização para o desenvolvimento do turismo**. Trabalho de conclusão para o título de Especialista - Pós-Graduação Lato Sensu do Curso de Especialização em Imagem, História e Memória das Missões: Educação para o Patrimônio, UNIPAMPA, São Borja, 2014.
- SCIFONI, R. **Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo**. In: Revista CPC, vol. 14, 27 esp., 2019.
- SANTIAGO & SALADINO. **Os tempos e suas sentenças: motivações, critérios e diretrizes no tombamento de sítios arqueológicos pelo IPHAN**. In: Revista Memorare, vol. 3 (3), 2016.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, v. 133, 2013.
- SIMIS, Anita. **A política cultural como política pública**. In: Políticas culturais no Brasil. Antonio Rubin (Org.). Salvador: EDUFBA, pp. 133-156 (PDF), 2007.
- SOARES, André (Org.). **Educação patrimonial: relatos e experiências**. Santa Maria: UFSM, 2003.
- SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. In: Sociologias, ano 8, n. 16, pp. 20-45, 2006.
- SCARAMELLA, Giovane. **Onde está a redução jesuítica missioneira?** In: Jornal das Missões, 15 de dezembro de 1990.
- SCHMITZ, P. (Coord.). **Arqueologia no Rio Grande do Sul**. In: Pesquisas, antropologia, 16: 47-78, 1967.
- TOLENTINO, F. **Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces**. In: Revista CPC, vol. 14, 27 esp., 2019.
- UNESCO. **Convención para la salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial**. In: Actas de la 32ª. Conferencia General. Paris, 29 set.-29 out., 2003. 2006.

Atena
Editora
Ano 2022



GRUPO DE PESQUISA EM
GÊNERO, ÉTICA,
EDUCAÇÃO E POLÍTICA



programa de pós-graduação
em políticas públicas

Mestrado Profissional
Universidade Federal do Pampa - campus São Borja



Atena
Editora
Ano 2022



GRUPO DE PESQUISA EM
GÊNERO, ÉTICA,
EDUCAÇÃO E POLÍTICA



programa de pós-graduação
em políticas públicas

Mestrado Profissional
Universidade Federal do Pampa - campus São Borja

